



## DEUS-DINHEIRO: O EQUIVALENTE PARA TUDO E PARA TODOS?

Sales Augusto dos Santos\*

### Resumo

O presente artigo se restringe a analisar algumas conclusões de Simmel a respeito das conseqüências do dinheiro numa economia monetária consolidada. O objetivo é questionar se, realmente, o dinheiro confere um caráter impessoal, na sociedade contemporânea, a todos os indivíduos, sem distinção de sexo/gênero, cor/raça, credo religioso, entre outras, livrando-os, com isso, de constrangimentos considerados pré-modernos e aumentando a sua autonomia e a sua independência.

Palavras-chave: Simmel; Dinheiro; Sociedade contemporânea; Desigualdade.

### Introdução

O presente artigo é uma reflexão crítica sobre uma das principais teses do sociólogo alemão Georg Simmel, de que o "dinheiro é o Deus da época moderna" (SIMMEL, 1998, p. 36). Para Simmel, o dinheiro como "equivalente para tudo e para todos" (SIMMEL, 1998, p. 31) teria o poder de eliminar a atuação de arcaísmos numa economia monetária consolidada. Aparentemente, a sociedade do "Deus-dinheiro" tenderia a ser livre e igualitária, em face da eliminação dos valores socioculturais não monetários, ou melhor, da unificação desses sob o aspecto quantificador do dinheiro. Este passaria a ser o passaporte para a liberdade, à medida que eliminaria as barreiras do sexismo, do racismo, das castas, entre outras, rompendo a rigidez de laços e tradições. Ou seja, o dinheiro possibilitaria a mobilidade social a todos seres humanos, algo impossível

\* Doutorando em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), co-organizador de: Violência policial. Tolerância zero? Goiânia: Ed. UFG, 2001; e A cor do medo. Homicídio e relações raciais. Brasília. Ed. UnB, Goiânia: Ed. UFG, 1998. E-mail: sales@unb.br.



para determinadas pessoas nas sociedades pré-modernas. Assim, o dinheiro permitiria e provocaria o desenraizamento sociocultural, diminuindo distâncias sociais secularmente estabelecidas entre os seres humanos. Portanto, numa economia monetária consolidada, o dinheiro seria o ponto de ruptura entre a tradição e a modernidade.

Como Simmel, pensamos que o poder do dinheiro parece incontesteável nas economias monetárias contemporâneas, e que, realmente, ele confere um caráter impessoal a todos os indivíduos, livrando-os de muitos constrangimentos pré-modernos. Mas, ao contrário de Simmel, não pensamos que o dinheiro seja uniformizador de todos os seres humanos, visto que ele não impede a existência, nas sociedades modernas contemporâneas, do racismo e do sexismo, entre outras discriminações.

## 1 “O deus-dinheiro”

### 1.1 Da crítica externa

Para Simmel, os dois elementos fundantes e estruturais do mundo moderno são: a) a consolidação da economia monetária; b) a crescente divisão social do trabalho (SOUZA, 1998). Neste artigo, nos restringiremos a analisar algumas conclusões de Simmel a respeito das conseqüências do dinheiro numa economia monetária consolidada.

O advento da economia monetária é o fator estrutural mais importante da modernidade segundo Simmel (SOUZA, 1998, p. 10). Ela proporcionou uma liberdade aos indivíduos nunca antes vista,<sup>1</sup> uma vez que, nas economias pré-modernas, os indivíduos encontravam-se presos a vínculos de caráter político, corporativo, religioso, que também os tornavam desiguais (SIMMEL, 1998, 1979).

A introdução do dinheiro para medir as relações entre patrões e empregados, via pagamento de salários, serviços e compra de produtos, implicou a despersonalização das relações sociais, visto que o dinheiro possibilitou a compra somente do trabalho objetivado (especializado) e não do indivíduo global (como acontecia nas sociedades pré-modernas), eliminando assim a possibilidade de a personalidade fazer parte das relações econômicas (SIMMEL, 1998; SOUZA, 1998). Dessa forma, o dinheiro proporcionou a separação entre a cultura objetiva e a subjetiva,<sup>2</sup> liberando-as simultaneamente para se desenvolverem.<sup>3</sup>



Mas, segundo Simmel, a utilização intensiva do dinheiro não só proporcionou a despersonalização das relações sociais na modernidade, como também proporcionou a subordinação crescente dos valores (qualidades/especificidades) pela quantidade. O dinheiro sobrepôs a cultura objetiva à subjetiva, coisificando as relações sociais. Mais do que isso, ele tornou-se o “deus da nossa época”, a onipotência que nivela tudo e todos, unificando-os/homogeneizando-os.

A idéia da existência de Deus tem a sua essência mais profunda na reunião de todos os conjuntos e de todas as diferenças, ou seja, como bem exprimiu Nicolaus Cusanus, pensador notavelmente moderno do fim da Idade Média: na *Coincidentia oppositorum*. Da idéia da reconciliação e da reunião de todas as heterogeneidades e de todas as diferenças não reconciliadas no Deus resultam a paz, a segurança, a riqueza abrangente do sentimento que acompanham a apresentação e a posse de Deus. No domínio dos sentimentos provocados pelo dinheiro encontramos, sem dúvida, alguma semelhança psicológica. O dinheiro, ao tornar-se cada vez mais expressão absolutamente adequada e o equivalente de todos os valores, supera, numa altura meramente abstrata, toda variedade dos objetos. Ele se torna o centro no qual as coisas mais distintas, mais heterogêneas, mais remotas encontram o seu elemento comum e se tocam. Com isso, também o dinheiro consegue, de fato, esta superação do singular e concede esta confiança na sua onipotência, como se fosse o princípio mais alto que nos proporcionaria, em cada momento, aquele singular e inferior por meio da sua capacidade de se transformar nele (no singular). Aquela segurança e tranquilidade que a posse de dinheiro faz sentir, aquela convicção de possuir com ele o centro de valores, contém, de forma psicologicamente pura, quer dizer, de qualidade formal, o centro da equação que justifica, de maneira mais profunda, a queixa já mencionada, de que o dinheiro, seja o Deus da época moderna. (SIMMEL, 1998, p. 36)

Conforme Simmel, o dinheiro, após a consolidação da economia monetária, construiu o mundo das qualificações, ao eliminar, por meio do seu poder unificador/homogeneizador, todas as pluralidades socioculturais, bem como as suas contradições imanentes.

Ao reduzir tudo à quantidade e sendo agora um redutor irreduzível, o dinheiro passa a ser também o único valor da economia monetária



consolidada, algo que Simmel também percebeu ao afirmar que “o cálculo necessariamente contínuo do valor em dinheiro faz com que este apareça, finalmente, como o único valor” (SIMMEL, 1998, p. 31), embora o cientista social alemão não tenha dado a relevância necessária a esse fato.

Não dando a importância devida e esse “detalhe”, Simmel não percebeu que, à medida que o dinheiro elimina ou unifica todas as qualidades e especificidades não-econômicas, incorpora-as à sua característica de nivelador, adquirindo a dupla característica de quantificador e qualificador a partir daí. Pensamos que, em face de não levar em consideração o “detalhe” acima, entre outros fatores, Simmel afirma com convicção científica que o dinheiro tem um caráter não colorido e não possui valores específicos (SIMMEL, 1998, p. 25) ou ainda

O dinheiro, com toda a sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas flutuam com igual gravidade específica na corrente constante em movimento do dinheiro. Todas as coisas jazem no mesmo nível e diferem umas das outras apenas quanto ao tamanho da área que cobrem. No caso individual, esta coloração, ou antes descoloração, das coisas através de sua equivalência em dinheiro pode ser diminuta ao ponto da imperceptibilidade. (SIMMEL, 1979, p. 16)

No entanto, diferentemente de Simmel, pensamos que, ao unificar todos os valores sociais, culturais e políticos de um Estado-nação, o próprio dinheiro adquire uma coloração, tornando-se um valor sociocultural específico sem perder com isso a sua principal característica de quantificador ou nivelador universal.

Neste sentido, pensamos que o dinheiro passa a ser ambivalente, experimentando ao mesmo tempo a característica de quantificador e de qualificador. Essa ambivalência está implícita na análise que Simmel faz de uma das figuras típicas da economia monetária, o cínico. O único valor para este, segundo Simmel, é o valor monetário (SIMMEL, 1998).

Com aquela unificação e, conseqüentemente, homogeneização, a sociedade do “deus-dinheiro” tenderia, aparentemente, a ser livre e igualitária em face da eliminação dos valores socioculturais não monetários, ou melhor, da unificação destes no quantificador dinheiro. Este



passaria a ser o passaporte para a liberdade à medida que eliminaria as barreiras do sexismo, do racismo, das castas, entre outras, rompendo a rigidez de laços e tradições. Ou seja, o dinheiro possibilitaria a mobilidade social a todos seres humanos, algo impossível para determinadas pessoas nas sociedades pré-modernas. Assim, o dinheiro permitiria e provocaria o desenraizamento sociocultural, diminuindo distâncias sociais secularmente estabelecidas entre os seres humanos. Porém, diante da ambivalência do dinheiro, quantificador e qualificador, todos os indivíduos só seriam livres e iguais se interagissem com dinheiro, ou melhor, se o possuíssem. “Com o dinheiro na bolsa, estamos livres [...]” (SIMMEL, 1998, p. 30).

Mas se tudo é quantificável, o próprio dinheiro também o é, pois a quantidade de dinheiro transforma-se numa nova qualidade. Quem tem dinheiro tem a qualidade de igual, ao passo que quem não o possui tem a qualidade de desigual. Nesses termos, tudo passou a ser quantificável e qualificável pelo e para o dinheiro.

Por outro lado, homogeneização social por meio do dinheiro implica também uma identidade singular, uma unificação identitária via classe social. E para Simmel, aparentemente,<sup>4</sup> as pessoas valem o que elas são capazes de produzir ou realizar nas sociedades de economia monetária consolidada e de crescente divisão social do trabalho. Teoricamente, os indivíduos recebem os seus salários de acordo com o papel que desempenham nessas sociedades. O valor monetário das pessoas para Simmel, creio que podemos pensar o social também, é diretamente proporcional ao desempenho (especializado) delas, pois somente este último é comprado, ou melhor, pago. Não se paga dinheiro às pessoas como um todo, ou seja, não se paga o desempenho especializado subtraído ou somado às suas especificidades de homem ou mulher, muçulmano ou cristão, adulto ou criança, velho ou jovem, branco ou negro, heterossexual ou homossexual. A exceção se daria onde houvesse pouca ou quase nenhuma divisão social do trabalho, como no caso dos empregados domésticos da época.

O pagamento em dinheiro promove a divisão do trabalho, pois, normalmente, só se paga em dinheiro para um desempenho especializado: o equivalente monetário abstrato sem qualidade corresponde exclusivamente ao produto objetivo singular desligado da personalidade do produtor. Não se paga (onde inexistente a escravi-



dão) dinheiro para um homem como um todo com toda sua especificidade, mas sim para os seus desempenhos na divisão do trabalho. Por causa disso, a formação da divisão de trabalho precisa de ampliação da economia monetária e vice-versa. A partir deste fato, explicam-se as deficiências e contradições da relação moderna com os servidores de casa (as empregadas domésticas etc.); pois aqui se compra com dinheiro, de fato, ainda um homem por inteiro, inclusive a totalidade do seu desempenho. (SIMMEL, 1998, p. 27, nota nº 1)

Aceitando essa análise de Simmel como correta e seguindo a sua lógica de argumentação para uma economia monetária consolidada e de crescente divisão social do trabalho, não haveria na modernidade a possibilidade da utilização de valores específicos,<sup>5</sup> socialmente construídos, para discriminar negativamente ou positivamente os indivíduos em virtude da sua cor/raça, etnia, religião, orientação sexual, do seu sexo, entre outros. Esses “arcaísmos” desapareceriam com a modernidade.

No entanto, muitos estigmas considerados pré-modernos ou incompatíveis com a modernidade, persistem e se articulam sem grandes problemas com os valores desta última, como é o caso do racismo no Brasil, a ponto de serem racionalmente utilizados para a obtenção de mais dinheiro, entre outros motivos, por parte de alguns grupos e/ou classes sociais.

Carlos A. Hasenbalg, estudando as relações raciais no Brasil, concluiu que a raça como critério de estruturação das relações sociais não é eliminada com a industrialização (modernização) brasileira e, mais do que isso, é a industrialização que se ajusta ao padrão de relações raciais existentes, já que os industriais fazem parte da ordem racial vigente, compartilhando as premissas do “código racial” e respeitando-as (HASENBALG, 1979, p. 80 e 163).<sup>6</sup> Assim, compreende-se “facilmente” por que a recente Pesquisa de Padrão de Vida (PPV/98), realizada pela Fundação IBGE, demonstra que as mulheres brancas, com 12 anos ou mais de estudo, das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil (respectivamente, a mais rica e mais pobre do país), ganham, em média, menos que os homens brancos na mesma situação, mas, no entanto, essas mesmas mulheres brancas ganham mais do que os homens e mulheres negros ou pardos em idêntica situação (OLIVEIRA, LIMA e SANTOS, 1998).<sup>7</sup>



Essa articulação entre valores “arcaicos” e modernos não se dá só na área do trabalho. Ela está presente em todas as esferas da sociedade brasileira.<sup>8</sup> Do mundo do trabalho, onde os anúncios dos jornais exigem boa aparência<sup>9</sup> para a obtenção de emprego, ao mundo amoroso/sexual, onde os anúncios dos classificados também exigem a cor/raça não negra para que o relacionamento amoroso/sexual seja viável, os valores pré-modernos parecem se articular com os modernos e até ter primazia sobre estes em determinadas situações.<sup>10</sup>

Por outro lado, a coexistência e a articulação de valores modernos e “arcaicos” não existem somente nas sociedades da modernidade “tardia” ou “periférica”. Nas sociedades modernas “clássicas”, como a dos Estados Unidos da América, tal articulação é histórica e mundialmente conhecida no que tange às relações raciais. Por isso, para demonstrar tal articulação nessa última sociedade, nos limitaremos a citar apenas o que uma das maiores estrelas do basquetebol norte-americano, “Magic” Johnson (negro, rico e mundialmente famoso), disse a respeito de viver na moderna sociedade americana. “É uma posição em que você está dentro, mas ao mesmo tempo está fora. Uma situação onde as pessoas te desprezam, mas ao mesmo tempo querem te imitar. Imagine o paradoxo que é um garotinho branco que quer ser como Michael Jordam [jogador negro de basquetebol, eleito o melhor de todos os tempos] e, ao mesmo tempo, não quer ninguém como ele vivendo na sua vizinhança” (Isto É, 1994, p. 86).

Pensamos que as considerações anteriores, que denominamos de crítica externa à teoria do deus-dinheiro de Georg Simmel, são suficientes para “colocar em xeque” a plausibilidade tranqüila do dinheiro como unificador/homogeneizador de tudo e de todos na modernidade. No entanto, para que essa crítica não seja desqualificada sob a alegação de ser presentista, se faz necessário uma crítica interna à teoria supracitada.

## 1.2 Da crítica interna

A despeito de Simmel ter afirmado que no mundo coisificado das relações monetárias, “en último análisis, no son los objetos sino los individuos quienes llevan a cabo esses procesos, por lo que as relaciones entre los objetos son realmente relaciones entre individuos” (SIMMEL apud FRISBY, 1993, p. 178-179), ele próprio concluiu que há uma coisificação



das relações sociais em face da onipotência do dinheiro, uma vez que a objetividade e a indiferença deste passam a comandar os sentimentos, as intenções e as ações dos indivíduos (SIMMEL, 1988; FRISBY, 1993).

A cisão que o dinheiro provoca entre a cultura objetiva e subjetiva tem como consequência não só a consolidação da modernidade, mas também o rompimento total com o passado (tradição). Esse rompimento é radical num duplo sentido. Primeiro, em nível macrossocial, a modernidade não permitiria a sobrevivência de nenhuma característica das sociedades pré-modernas em face do poder simultaneamente desintegrador e unificador do dinheiro, que elimina as qualidades particulares (ou valores tradicionais), unificando-as num único valor que é universal, o próprio dinheiro. Segundo, em nível microssocial, a modernidade também não permitiria a articulação entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva nos próprios indivíduos. Isto é, haveria uma separação completa do sujeito do seu trabalho, numa dissociação radical entre o desempenho singular e o “eu” dotado de características peculiares. Isto significa que, teoricamente, na modernidade uma negra teria de receber um salário idêntico ao de uma mulher branca, se desempenhasse a mesma função que esta última, em condições iguais. Não poderia haver desigualdade de salários entre essas duas mulheres em face da diferença racial ou de cor delas (negra versus branca). Ou seja, na modernidade não haveria uma combinação ou uma articulação entre as características objetivas (desempenho profissional) e as características específicas (cor da pele) que pudesse reconhecer que determinadas pessoas, por terem características consideradas peculiares, fossem tratadas diferentemente de outras. A impessoalidade prevaleceria nas relações sociais.

Simmel, ao não admitir uma articulação entre a cultura objetiva e cultura subjetiva, ao separá-las radicalmente e afirmar o predomínio da primeira sobre a segunda, isto é, ao afirmar o predomínio das coisas sobre as personalidades, uma vez que vivemos num “mundo supraindividual, como uma cultura de coisas” (FRISBY, 1993, p. 178), transfere para as coisas, especialmente para o dinheiro, características que são humanas, como a interação social. Segundo Simmel, o dinheiro

Representa interacción pura en su forma más pura; permite entender el concepto más abstracto: es una cosa individual cuya significación



esencial es ir más allá de los individuos. "Es" la forma pura de intercambiabilidad "en la economía desarrollada. Por tanto" la función del intercambio como interacción directa entre individuos se cristaliza en la forma de dinero como una estructura independiente. (SIMMEL apud FRISBY, 1993, p. 165)

Por outro lado, Simmel retira os sentimentos, as intenções, os interesses e as ações dos indivíduos, ao concluir que há uma eliminação do elemento pessoal nas relações humanas, devido à natureza indiferente e objetiva do dinheiro, numa economia monetária consolidada. Assim, a "tragédia da cultura"<sup>11</sup> desumaniza os homens e "humaniza" as coisas, especialmente o dinheiro, à medida que este, para Simmel, passa a regular e comandar a vida dos homens.

No entanto, pensamos que há aqui uma dupla contradição em Simmel: a) o próprio Simmel (des)qualifica as mulheres, ao concluir que elas não podem ser impessoais. Esta seria uma característica específica dos homens (SIMMEL, 1993); b) a sua tese do "deus-dinheiro" tende a ser contrária ao seu conceito de sociação (SIMMEL, 1998, 1993). Analisaremos primeiro essa segunda contradição.

Como o próprio Simmel afirma, o dinheiro é neutro e sem conteúdo (SIMMEL apud FRISBY, 1993, p. 169-170). Ele não pode interagir por si mesmo, pois ele não tem sentimentos, intenções e nem interesses que o fazem interagir com as outras coisas, nem mesmo com o próprio homem. Enfim, ele não tem vontade própria. Portanto, ele não é "la forma pura de intercambiabilidad", mas um meio que permite a intensificação das interações sociais que se dão entre os seres humanos, que são os verdadeiros portadores de sentimentos e interesses e que agem em razão destes.

Dessa forma, pensamos que Simmel entra em confronto direto com um dos conceitos mais importantes da sua teoria sociológica, o de sociação, ao coisificar as relações sociais. Segundo Simmel,

A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos [trieben] ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução, estes e infinitos outros fazem



com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerça influência sobre eles e por sua vez as receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram por eles levados a unir-se, convertendo-se numa unidade [sociação], numa “sociedade”. Pois unidade em sentido empírico nada mais é do que interação de elementos [...]. A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é a base desses interesses – tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados casualmente ou induzidos teleologicamente – que os indivíduos constituem tais unidades. (SIMMEL, 1983, p. 59-60)

O conceito de sociação, como se vê, pressupõe a existência de atores sociais interagindo, sendo protagonistas (sujeitos) sociais, que articulam ou combinam o seu ser (dotado de valores, sentimentos, crenças, entre outros) com o seu fazer (suas práticas, desempenho profissional). Sem essas interações sociais incessantes de seus elementos individuais, com ações e reações entre si, não é possível a existência da sociedade. Pois o conceito de sociação pressupõe justamente uma sociedade em permanente construção em face da interação incessante entre os indivíduos. Mas o fazer-se constante da sociedade não se dá sem consenso entre os indivíduos, menos ainda sem conflito. Essa interação social, ou estabilidade com instabilidade (em virtude do conflito), se opõe à linearidade do predomínio da cultura objetiva sobre a subjetiva, ao predomínio da relação entre coisas sobre a relação entre pessoas, que, apesar de estarem no mundo das coisas, não se coisificam completamente, pois são as pessoas que se relacionam em última análise e não as coisas, ou melhor, o dinheiro.

Pensamos que, pelo conceito de sociação, Simmel nos dá a senha para olharmos a sociedade moderna sem linhas divisórias rígidas ou pelo menos com essas linhas mais fluidas. Esse conceito possibilita compreendermos a sociedade moderna por meio de suas complexidades, das articulações/combinções entre as coisas e os seres humanos, entre



a objetividade e a subjetividade, entre a racionalidade e os sentimentos, bem como entre características modernas e “arcaicas”.

Assim, o constante vir-a-ser da sociedade, em virtude da multiplicidade de interações urbanas, se opõe à homogeneização linear, ao nivelamento pecuniário, pois nas múltiplas interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros e pelos-os-outros, que constituem a sociedade como uma realidade inter-humana (MORAES FILHO, 1983, p. 21), há conflitos e consensos, idas e vindas, objetividade e subjetividade, bem como vários valores tradicionais e modernos existindo e articulando-se constantemente (como vimos na articulação entre capitalismo e racismo, fenômeno supostamente contraditório), algo impensável com a tese do “deus-dinheiro” na sociedade moderna.

Na sociedade de economia monetária consolidada há, segundo Simmel, um reunião reconciliadora e unificadora de todas as diferenças e heterogeneidades sociopolítico-culturais que seria praticamente impossível nas sociedades pré-modernas, em face das relações sociais serem substantivas. O dinheiro proporcionaria uma “troca de constrangimentos”, dando uma rotinização às relações sociais (que seriam subsumidas pelas relações entre coisas), bem como proporcionaria segurança e paz. Ou seja, o dinheiro, em certo sentido, rotinizaria o mundo social, eliminando as contradições e os possíveis conflitos sociais, ao unificar e homogeneizar os valores sociais, políticos, culturais, religiosos, entre outros, possibilitando assim o predomínio da cultura objetiva sobre a subjetiva e pressupondo a partir daí uma sociedade “estável” ancorada nesse quantificador/homogeneizador. Assim, os quadros de referência dos indivíduos, tais como dinastia, corporação, religião, raça/cor, gênero/sexo, ideologia política, entre outros, cederiam lugar ao quadro de referência mestre. Este passaria a ser a classe social dos indivíduos que foi derivada do “deus-dinheiro”, nas sociedades de economia monetária consolidada. O dinheiro unificaria as identidades dos indivíduos, deixando-as, em certo sentido, estáveis e consolidadas na classe social. E não só essa identidade pela classe social ficou estável na modernidade de Simmel, mas a própria cultura objetiva, à medida que tornaram-se unificadas, homogêneas, e de grande previsibilidade.

Porém, como vimos anteriormente, essa linha de raciocínio de Simmel choca-se frontalmente com o seu conceito de sociação, pois



neste, ao que parece, admite-se a coexistência de relações sociais heterogêneas, contraditórias e múltiplas, diferentemente da tese do “deus-dinheiro”, de relações entre coisas quantificadas/unificadas/homogeneizadas pelo dinheiro.

A segunda contradição aparece quando Simmel afirma que há diferenças qualitativas que separam os sexos masculino e feminino, em face das supostas desigualdades naturais entre eles. O sexo feminino estaria para as “realizações insuficientes” da divisão social do trabalho, enquanto o desempenho especializado estaria reservado ao sexo masculino. Este por si mesmo já é valoroso. Conforme Simmel

[...] é preciso tomar consciência de que a cultura da humanidade não é, em suma, nada assexuada, não reside numa faculdade pura além do homem e da mulher. Ao contrário, essa cultura, que é a nossa, se revela inteiramente masculina, com exceção de raros domínios. [...] A bela idéia de uma civilização humana que não se inquiete com uma partilha homem/mulher não é historicamente realizada, a crença que se pode ter nela decorre desse mesmo sentido que conhece apenas uma palavra para o homem e o ser humano em tão numerosas línguas. Esse traço masculino dos próprios elementos objetivos da cultura explica por que, em todos os domínios, atribuiu-se às realizações insuficientes a denominação rebaixadora de “feminina”, enquanto não se saberia elogiar melhor o desempenho de uma mulher senão qualificando-a de “absolutamente viril”. Isso não decorre apenas do orgulho do sexo masculino, que faz como se o masculino já fosse em si sinônimo de valoroso; mas há nisso também um fato histórico, a saber, que nossa cultura, nascida do espírito e do labor dos homens, só é verdadeiramente adaptada à capacidade de produção masculina. Não penso, aqui, na quantidade superior das forças requeridas, na ordem física ou talvez, igualmente, psíquica; se só se tratasse dela, esse desprezo de princípio não colocaria um enigma insolúvel. Todavia são, de fato, as diferenças qualitativas que aí atuam. Porque a natureza do nosso trabalho cultural, e não só sua quantidade, se dirige especialmente a energias masculinas, a sentimentos masculinos, a uma intelectualidade masculina. (SIMMEL, 1993, p. 70-71, grifo meu)

Quando Simmel qualifica homens e mulheres, reconhecendo que os homens são culturalmente mais valorizados que as mulheres, ele se



posiciona em direção oposta ao que defende na sua tese do “deus-dinheiro”. Em primeiro lugar, porque ele mesmo qualifica a interação homem/mulher, e não a quantifica por meio do dinheiro, homogeneizando-os ou tornando-os iguais, como era de se esperar. Em segundo lugar, ao qualificar homens e mulheres hierarquicamente, Simmel reconhece, pelo menos implicitamente, que o quantificador/nivelador universal, o dinheiro, não é tão onipotente, ou melhor, não consegue penetrar e eliminar a rigidez de laços e tradições culturalmente construídos, bem como não desfaz totalmente as delimitações fixas que separam secularmente os homens e as mulheres, a ponto de o próprio Simmel afirmar que homem é sinônimo de ser humano, não incluindo as mulheres nessa igualdade.

Contrapondo-se a sua tese do deus-dinheiro e utilizando a subjetividade (“os seus sentimentos masculinos”, a sua “intelectualidade masculina”) ou o seu “poder masculino” de qualificar uma especificidade, o sexo feminino, Simmel analisa de forma bastante crítica o movimento social das mulheres<sup>12</sup> e conclui que o papel social delas ou a função que realizariam numa economia monetária consolidada e de crescente divisão social do trabalho seria complementar às funções ou aos papéis masculinos.

O significado cultural deste último [do movimento das mulheres] só poderia ser o de que as mulheres preenchem por sua vez, certo número de vezes, as formas de existência e de prestação até então reservadas aos homens. [...] estabelecer, em vez da concorrência entre trabalhos idênticos, uma complementaridade das atividades múltiplas devido à divisão do trabalho – essa complementaridade parece-me ser também, em si, o benefício próprio que a cultura objetiva pode tirar do movimento das mulheres na época moderna. (SIMMEL, 1993, p. 69-86)

A entrada das mulheres na cultura objetiva se daria justamente pelo lado que os homens “recusam” desempenhar bem as suas funções. Isto é, determinados papéis ou funções do mundo objetivo, por exemplo de médico, para o seu pleno desempenho e desenvolvimento requerem um certo grau de sentimento e percepção (subjetividade) que os homens não têm ou se recusam a ter conforme afirmou Simmel (SIMMEL, 1993). Como nas mulheres a espiritualidade subjetiva predomina sobre a objetiva,



esses papéis poderiam ser preenchidos por elas, que dariam com isso uma contribuição específica à cultura objetiva, à medida que elas têm mais talento que os homens no que tange à subjetividade, conforme afirmou Simmel. Assim, as mulheres teriam um trabalho complementar ao dos homens, por meio de suas funções especificamente femininas.

As mulheres não poderiam concorrer com os homens em trabalhos idênticos, pois segundo Simmel, a natureza delas não permite a dissociação entre o seu centro psíquico (seu eu) e sua ação exterior (o seu desempenho especializado). O trabalho objetivo das mulheres não se dissociaria da sua personalidade global, não permitindo uma separação da atividade objetivamente especializada, de um lado, e a subjetividade, de outro. Tal cisão, para Simmel, ocorria somente nos homens, uma vez que a cultura moderna se revela inteiramente masculina, ou ainda, essa cultura masculina é a única possível (SIMMEL, 1993, p. 70 e 85).

De modo bem geral: a especialização que caracteriza em si nossas profissões e nossa cultura é, de cabo a rabo, masculina em sua essência. Longe de se reduzir a um dado puramente exterior, só é possível, de fato, pela mais profunda especificidade psicológica do espírito masculino: a tendência exacerbada aos trabalhos radicalmente unilaterais, que se diferenciam da personalidade global, a tal ponto que a atividade objetivamente especializada, de um lado, e a subjetividade, de outro, levam cada uma sua própria vida, se assim posso dizer. Toda divisão do trabalho bastante avançada significa que o sujeito se separa de seu trabalho, o qual se integra então num contexto objetivo, em que se dobra às exigências de uma totalidade impessoal, enquanto os interesses subjetivos e os movimentos interiores do ser humano constituem, por sua vez, um mundo próprio e prosseguem de certa forma uma existência privada. Se essa possibilidade psicológica não subsistisse, nossa cultura, construída sobre a mais extrema divisão do trabalho, seria não só insuportável, mas a priori impossível. Ora, parece que a diferença mais marcante entre o espírito masculino e o espírito feminino reside nisso, e que este último não pode existir, pelo menos a nível do tipo, com semelhante dissociação entre o desempenho singular e o eu dotado de seus centros afetivos sensíveis. Toda a profunda beleza da essência feminina, que lhe dá preeminência sobre o espírito masculino, cuja libertação e reconciliação ela simboliza, baseia-se nessa unidade, nessa solidariedade imediata, orgânica, entre a



pessoa e cada uma de suas manifestações, em suma, na indivisibilidade do eu, que só conhece um “ou tudo, ou nada”. A maravilhosa relação que a alma feminina ainda parece manter com a unidade intacta da natureza e que cria a distinção entre a fórmula global de sua existência e a do homem multicindido, diferenciado, dissolvendo-se no seio da objetividade, essa fabulosa relação separa-a, justamente, também do que é o trabalho de nossa cultura, o que se baseia na especialização fatural. Ora, por mais que se abram agora para as mulheres todos os ofícios masculinos precisamente desse tipo, não só elas perdem a criatividade de seu próprio trabalho cultural, sendo submetidas então a um esquema de diferenciação que não deixa as forças mais profundas de seu ser se exprimirem; não só elas repetem sempre, com respeito ao interesse cultural objetivo, o já dado, mas também fazem-no com meios de certa forma inoperantes, pois não se amoldam às formas que se oferecem assim às suas forças. (SIMMEL, 1993, p. 72-73)

Pensamos que essa longa, mas elucidante, citação de Simmel sintetiza o que representam o homem e a mulher, numa economia monetária avançada e de crescente divisão social do trabalho, e quais são os papéis e funções deles. Não preciso me alongar em uma análise de discurso aqui, pois é evidente que o dinheiro não nivela homens e mulheres, como teoricamente defende Simmel na sua tese do “deus-dinheiro”. Aqui, Simmel essencializa<sup>13</sup> as mulheres. Estas estão para a natureza, portanto, são o que são e não podem se transformar, se dividir na divisão social do trabalho como os homens e/ou superar o seu estado natural, menos ainda interferir na construção social masculina. Elas estão sujeitas às leis da natureza e não às leis culturais ou da construção social realizada pelos seres humanos.<sup>14</sup> Os homens estão para a cultura, superam-se, transformam constantemente tudo e todos, e é por isso que são os dirigentes da economia monetária consolidada ou, se se quiser, da modernidade.<sup>15</sup>

Por outro lado, a citação anterior nos indica quem é para Simmel o ser humano que construiu e deve dirigir a modernidade. O homem. Este é o representante da modernidade, a sua condição necessária, quiçá a sua condição suficiente. A mulher é apenas o complemento do homem nessa sociedade ou, se se quiser, o polimento necessário ao brilho e ao domínio do homem. Aquela, mesmo com bastante dinheiro, não será igual



a este na modernidade de Simmel, porque é qualificada/especificada como subjetiva, como essencialmente afetiva e sentimental. Enfim, é qualificada/especificada como mulher. Ou, ainda, ela não será igual ao homem porque Simmel reconhece nesse momento, mesmo sem explicitar, que o dinheiro não é “equivalente para tudo e para todos”, como ele havia afirmado em “O dinheiro na cultura moderna” (SIMMEL, 1998, p. 31).

Como se vê, as considerações anteriores, algumas do próprio Simmel, demonstram que o dinheiro é sem dúvida um homogeneizador, mas não é o Deus, a onipotência, um equivalente para todos, ou seja, que elimina as qualidades identitárias de homem ou mulher, por exemplo.

## 2 Conclusão

O presente artigo tem com objetivo último buscar compreender criticamente alguns conceitos e teses do cientista social alemão Georg Simmel. Não tem a pretensão de refutá-los, mas de verificar a validade desses conceitos nas sociedades de economias monetárias contemporâneas, onde o poder do dinheiro parece ser incontestável, mas nem por isso uniformizador de tudo e todos.

Mas ao tentar compreender criticamente os ensinamentos de Simmel, não conseguimos responder uma questão que nos fizemos ao longo da leitura do seus textos: por que Simmel afirmou ser o dinheiro o Deus da sociedade moderna, um homogeneizador de valores por excelência, o portador de liberdade, sendo ele mesmo qualificado ou discriminado como judeu pela academia alemã?

Apesar de não ser um homem pobre (MORAES FILHO, 1983) e ter uma produção intelectual invejável, ele foi reprovado duas vezes no concurso para obtenção da cátedra de filosofia na universidade de Heidelberg, mesmo tendo como padrinho o sociólogo Max Weber. Uma das justificações anti-semitas para sua reprovação, junto ao ministro da Educação de Baden, foi a de que Simmel era um “típico israelita, em su apariencia exterior, em su conducta y em su manera de pensar” (SHAFER apud FRISBY, 1993, p. 48).

Por outro lado, nos perguntamos também por que o primeiro professor universitário alemão a aceitar mulheres em seus cursos (FRISBY, 1993) não relativizou ou flexibilizou a sua tese do “deus-dinheiro”, ao



verificar que somente ele admitia estudantes de sexo feminino nas universidades alemãs.

As questões supracitadas ficaram sem respostas. Talvez porque Simmel, apesar de sentir na pele o peso dos ordenamentos culturais tradicionais numa economia monetária consolidada, acreditasse que, num futuro próximo, eles seriam eliminados em face da crescente racionalização econômica ou, ainda, do predomínio definitivo da cultura objetiva sobre a subjetiva. Ou talvez porque, no que tange às mulheres, Simmel achasse que o dinheiro fosse uma moeda exclusiva dos homens e para os homens e que esta promovia a igualdade somente entre os homens em virtude de a cultura moderna ser masculina. Porém, todas essas suposições demandam pesquisas mais aprofundadas para verificá-las concretamente, algo que não é objetivo deste artigo.

Mas ainda que não possamos responder a tais questões, bem como várias outras, isso não nos impede de questionar a igualdade de todos os seres humanos perante o dinheiro. O totalitarismo econômico de Simmel, aquele que subsume o mundo num único conceito total,<sup>16</sup> o dinheiro, surge justamente pelo fato de se acreditar que esse meio de troca produz sentido e não os indivíduos. Simmel parece esquecer que são os sentidos produzidos pelos indivíduos, por meio do dinheiro, que interferem na vida desses indivíduos, dando a impressão de que são as coisas (o instrumento dinheiro) que comandam os indivíduos. Além disso, Simmel transforma a tendência das sociedades modernas à racionalização (tendência que historicamente não nega a coexistência e as articulações de valores contraditórios nessa sociedade) em um totalitarismo econômico, onde tudo passa a ser unificado, homogeneizado e uniformizado pela onipotência do dinheiro. Assim, nos parece que a tese do “deus-dinheiro” tem uma tendência de negar o próprio conceito da sociedade de Simmel, visto que essa tese subordina e, em certo sentido, elimina o indivíduo, a despeito de ele ser a condição sine qua non para a existência da interação social, ou sociação, como o próprio Simmel nos ensina.

#### Abstract

This essay's goal is to analyse some Simmel's conclusions about the consequences of money in a consolidated monetary economy. The author asks if the money really give an impersonal character, in contemporary society, to all the individuals without distinction of sex/gender, color/race, religious faith,



among others, enhancing their autonomy and independence, sparing them of the pre-modern shames.

Key words: Simmel; Money; Contemporary Society; Inequality.

#### Notas

1. Segundo Souza, "Simmel percebe a liberdade como um resultado da 'mudança de constrangimentos' (Wechsel der Verpflichtungen), ou seja, ela não se dá num vácuo, mas num contexto de obrigações. Quando das mesmas nos libertamos, temos a impressão da liberdade até que outras obrigações assumam o lugar das antigas. O papel do dinheiro na constituição da liberdade especificamente moderna fica de todo evidente quando pensamos, ainda no contexto feudal, na substituição progressiva e paulatina das obrigações pessoais em espécie por contraprestações monetárias. A monetarização da relação Senhor e Servo, nesse contexto, implica não só a despersonalização da relação de dominação em si, mas também a possibilidade de libertação da personalidade do servo enquanto tal da relação de obrigação" (SOUZA, 1998, p. 10-11).
2. Essa separação é, para Simmel, a tragédia da cultura moderna. Vide Simmel (1998) e Souza (1998).
3. Para uma análise mais profunda sobre o assunto, vide Simmel (1998) e Souza (1998).
4. Quando analisarmos o que Simmel pensa sobre o papel das mulheres, justificaremos por que isso é aparente.
5. Salvo a posse ou não do dinheiro.
6. Para uma referência bibliográfica mais completa sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho brasileira, vide Santos (1997). Sobre dados estatísticos relativos à desigualdade racial veja: Tabulações Especiais Nepo/Unicamp; FIBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991, PNAP de 1995, e os Dados da Cor – 1988 a 1992. Veja também FSP (1995).
7. Como se vê, não há uma homogeneização/unificação aqui pelo dinheiro que possibilite a igualdade entre homens e mulheres, bem como entre negros e brancos. Tanto a variável racial com a de gênero são utilizadas para diferenciar (qualificar/especificar) e estabelecer a desigualdade entre os seres humanos numa "economia monetária consolidada", seja ela "tardia"/"periférica" ou "clássica". Mas do que isso, aqui, raça, gênero e classe se articulam de tal maneira no processo de hierarquização social, que é impossível afirmar que o dinheiro possa unificar/homogeneizar homens, mulheres, negros e brancos, tornando-os todos iguais.



8. O espaço público brasileiro é marcado diariamente por discriminações raciais. Estas não ocorrem só com os negros pobres, mas com negros ricos e famosos também. Djavan, um dos mais famosos cantores de música popular brasileira, foi preso em 1981, sob suspeita de roubo, ao sair de uma loja em São Paulo, uma das metrópoles mais modernas (em sentido amplo) do Brasil. Na época deu a seguinte declaração: "Sei que fui preso porque sou negro e uso tranças". E não só os brasileiros são tratados assim em virtude da sua cor/raça no Brasil. Também em uma rua da cidade de São Paulo, o ex-presidente do Suriname e comandante supremo das Forças Armadas desse país na época, coronel Desi Bouterse, foi preso juntamente com um grupo de compatriotas, entre os quais um ex-ministro das Relações Exteriores do Suriname, em outubro de 1988, em consequência da crença de que todo negro é um suspeito em potencial no Brasil (ECCLES, 1991).
9. Entenda-se, principalmente, de cor/raça branca. Aliás, a cor/raça dos indivíduos, ao que parece, é decisiva na demanda por força de trabalho, pois pesquisas realizadas no ano de 1998 pelo Dieese, em seis regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife, Salvador e Porto Alegre), o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, mostram que a taxa de desemprego é maior entre os chefes de famílias negros do que entre os brancos (FSP, 1999, p. 1,4).
10. Para exemplificar o campo amoroso/sexual citaremos alguns anúncios de "classificados de encontros" do jornal Folha de São Paulo. 1) ORIENTAL – nível superior, 37a, 1,80m, 90kg, procura moças loiras do sul, entre 20 e 30a, para relacionamento; 2) EMPRESÁRIO – divorciado, 1,73m, 82 Kg, branco, cabelos e olhos castanhos, 44a, bom nível cultural e econômico. Procura pessoas entre 25/35a, loira ou morena clara, para relacionamento sincero, de preferência mulheres que morem na região sul; 3) POLICIAL – bonito, nível superior, moreno, 32a, deseja conhecer loira ou morena clara, bonita de corpo; 4) SOU SOLTEIRO – carinhoso, carente e liberal, tenho 33a, procuro loiras ou ruivas, na mesma situação. Dos vários anúncios que havia nesse "classificado de encontros", não encontrei nenhum que manifestasse o interesse de alguém se relacionar com uma mulher negra (FSP, 1996).
11. Sobre o conceito de "tragédia da cultura", vide Souza e Öelze (1998).
12. Uma vez que, para ele, "a luta se trava, pois, em favor de particulares, ainda que sejam milhões, e não em benefício de algo que superaria em si toda esfera individual ou pessoal" (SIMMEL, 1993, p. 67-98).
13. Conforme Ribeiro (1993, p. 112, nota nº 2), "O essencialismo é um modo de pensar profundamente enraizado na tradição ocidental. Suas origens estão



no pensamento e filosofia gregos e possivelmente remontam ao pensamento indo-europeu (ou, mais exatamente, iraniano-europeu). Na filosofia ocidental, a noção de essência surge junto à de existência. Poderíamos dizer, para dar uma definição simplista, que o essencialismo postula a primazia da essência (o que uma coisa é) sobre a existência (o fato de a coisa ser...).”

14. É curioso, para não dizer contraditório, como Simmel busca engrandecer e/ou preservar as mulheres, visto que, para o autor alemão, elas terão preeminência sobre os homens se continuarem indivisíveis para a divisão social do trabalho, bem como submissas ao domínio cultural masculino.
15. Sobre a discussão mulher está para a natureza e homem está para cultura, vide Suárez (1992).
16. Aqui fazemos uma analogia com Robert Kurz (1999, p. 5,9)

#### Referências

ECCLES, Peter R. Culpados até prova em contrário: os negros, a lei e os direitos humanos no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 20, p. 135-136, jun. de 1991.

FOLHA DE S.PAULO, 17/10/1999.

FOLHA DE S.PAULO, 31/10/1996.

FOLHA DE S.PAULO/Datafolha. Racismo cordial. São Paulo: Ática, 1995, 31/10/1996.

FRISBY, David. Georg Simmel. México: Fundo de Cultura Econômica, 1993.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GUILHERME VELHO, Otávio. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: SOUZA, Jessé e OELZE (Orgs.) Simmel e a modernidade. Brasília: Editora da UnB, 1998.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

ISTO É, n. 1316, p. 86, 21/12/1994.

KURZ, Robert. Totalitarismo econômico. In: Folha de S. Paulo, 22/08/1999.

MACHADO, Lia Zanotta. Tradição e neo-modernidade na América Latina: Etnicidade e gênero. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. VI, n. 1, jan./jun. 1991.

MORAES FILHO, Evaristo (Org). Georg Simmel: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.



OLIVEIRA, Dijaci David; LIMA, Ricardo Barbosa de; SANTOS, Sales Augusto dos. A cor do medo: O medo da cor. In: OLIVEIRA, Dijaci David et al. A cor do medo. Homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1988.

RIBEIRO, Fernando Rosa. Apartheid e a democracia racial: raça e nação no Brasil e África do Sul. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, p. 95-120, jul. de 1993.

SANTOS, Sales Augusto dos. A formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: Tensões raciais e marginalização social. 1997. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia da UnB, Brasília.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, Jessé e OELZE (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, Jessé e OELZE (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. O problema da sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. O Campo da Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. A determinação quantitativa dos grupos sociais. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. A metrópole e a vida mental. In: GUILHERME VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOUZA, Jessé e OELZE (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das categorias Mulher e Negro. Brasília: UnB/ Departamento de Antropologia, 1992. (Série Antropologia, n.133)

TOURAINE, Alain. *Igualdade e diversidade*. São Paulo: Edusc, 1997.

\_\_\_\_\_. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

